

Acral é contra a contribuição dos sacos de plástico leves

A associação mantém a sua oposição defendendo que esta é mais uma forma de cobrar receita fiscal, atacando o poder de compra do consumidor

A Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve (Acral) considera que, antes da determinação de encargos fiscais sobre o uso de sacos de plástico leves, o Governo devia ter sensibilizado as empresas e os consumidores para a adoção de soluções mais ecológicas.

A organização avança que a questão ecológica é importante, mas, neste caso, está a ser usada como «subterfúgio para mais uma cobrança de receita fiscal encapotada, prejudicando o consumidor, que suporta o custo da contribuição, e toda a cadeia económica», como é o caso dos comerciantes que passam a ter mais encargos.

O argumento da Acral, para justificar esta ideia que defende, é que o Governo está a atacar o poder de compra do consumidor, cobrando

esta nova receita fiscal, usando a preocupação ecológica. «Parece que se se pagar a contribuição os sacos de plástico leves deixam de ser prejudiciais ao ambiente, o que não é verdade, o prejuízo para a qualidade ambiental mantém-se depois de liquidada a contribuição», referiu Victor Guerreiro, presidente da Acral. Esta entidade vai mais longe e afirma que se opõe a perdões ambientais a troco do pagamento de taxas fiscais.

Quanto aos regimes transitórios, definidos para os comerciantes, a Associação de Comércio, considera que são complexos e demasiado curtos para responder às necessidades de escoamento dos sacos em stock, em particular, no caso dos intermediários do ciclo económico. Adianta também que bastaria, para



evitar toda a burocracia, que fossem proibidos sacos de plástico leves a partir da data de entrada em vigor da legislação, fossem obrigados a declarar os stocks existentes e não tributados apenas aqueles que os introduzem no ciclo económico (produtores e importadores) e quem tem stocks relevantes ainda não tributados (grande dis-

tribuição).

«Abrangiam-se a maior parte dos stocks relevantes e os de menor relevo acabariam por se escoar, sem se gerar toda a confusão que se provocou nesta matéria», diz Victor Guerreiro.

A Acral disponibilizou aos seus associados um guia prático sobre esta matéria mantendo assim o apoio aos asso-

ciados num tema complexo, que poderia ter sido de fácil aplicação. «A Acral mantém a posição de princípio de não concordar com a aplicação da contribuição, por questões de base, que se prendem com o aumento da carga fiscal nacional, já de si pesadíssima a coberto de razões ambientais», concluiu o presidente desta associação algarvia.

e

Albufeira promove workshop sobre sistemas de incentivo

O Gabinete de Empreendedorismo da Câmara Municipal de Albufeira organiza hoje, dia 12, a partir das 10 horas, na Biblioteca Municipal, o workshop «Oportunidades de Financiamento – Projetos Empresariais e os Sistemas de Incentivo», numa parceria a Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (CRIA) da Universidade do Algarve.

A sessão prática será dinamizada por Hugo Barros, do CRIA, e é destinada a esclarecer sobre as etapas que compõem a formalização de candidaturas a sistemas de incentivo, evidenciando as oportunidades disponíveis para empresas e empreendedores.

As principais linhas orientadoras do CRESC Algarve 2020 – Programa Operacional Regional do Algarve para o horizonte 2014-2020, o Programa de Desenvolvimento Rural para 2020 e algumas medidas do IIEFP, fazem parte da ação, que pretende promover a competitividade do tecido económico local através da introdução de fatores de inovação e qualificação.

Odiana quer ajudar a reativar pomar de amendoeiras

A Odiana foi uma das entidades que participou numa visita aos novos pomares de amendoeira de Gerena, localidade situada perto de Sevilha (Espanha), a convite da Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG), para estabelecer contactos e recolher informação sobre novos investimentos ligados ao setor dos frutos secos.

Tudo porque, este sector pode representar, no futuro, uma nova oportunidade de negócio a implementar no Baixo Guadiana, recorrendo às medidas de apoio do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2020. Os empresários e agricultores espanhóis mostraram que está a ser realizado um processo de valorização da amêndoa,

impulsionado pelo aumento da procura por parte de países como a China e a Índia. Além da vertente económica, a oportunidade pode voltar a prestigiar o pomar de sequeiro algarvio, recuperando um produto que sempre esteve presente na vida das gentes algarvias, onde se inclui o Baixo Guadiana, sobretudo o barrocal e a serra. Por sua

vez, sempre foi matéria-prima para a doçaria da região e um símbolo da cultura e etnografia. Estas são razões que levam a Odiana a acreditar que «será possível revitalizar alguns dos pomares já existentes e criar novos, não apenas de amêndoa, mas também de outros frutos secos como a alfarroba e o figo», através das medidas de apoio agrícola

disponíveis. Esta oportunidade surge numa altura em que se encontram abertas as candidaturas do PDR 2020, que dão apoio financeiro para investimento na agricultura e instalação de jovens agricultores. Para esclarecer os empresários do Baixo Guadiana sobre estes fundos, a Odiana organiza uma sessão, no dia 20, às 18 horas, na sua sede.